



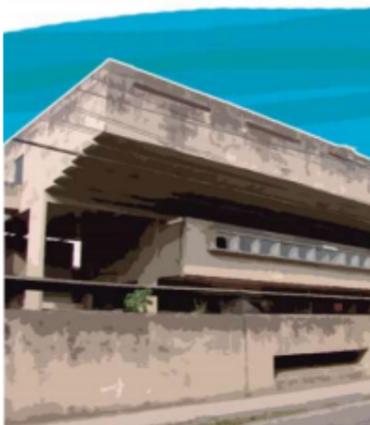
Escola de Cidadania na Acácio

Muito oportuna a proposta da Câmara Municipal de Santos, apresentada por sua Mesa Diretora e seu Presidente, Vereador Rui De Rosis, que pretende resgatar o prédio que sediou durante décadas a Escola Municipal Acácio de Paula Leite Sampaio para implantação de uma Escola de Cidadania e de atividades administrativas do Poder Legislativo.

Vale lembrar que o esforço para restauração do "Castelinho" - antiga sede do Corpo de Bombeiros - e a construção de um edifício moderno e funcional para o Poder Legislativo na Vila Nova, em 2010, teve a finalidade de expandir a revitalização do Centro Histórico seguindo a estratégia do Programa Alegria Centro: recuperar dando vida nova!

Esse conceito justifica plenamente a iniciativa da Câmara Municipal a partir da constatação de que o emblemático edifício projetado pelo Arquiteto paulistano Décio Tozzi, construído em 1967, encontra-se sem uso - portanto sem vida - e que, em seu entorno, há oferta abundante de espaços para o desenvolvimento das atividades do sistema público de educação em pelo menos outros três grandes complexos: Colégio Santista e Escola Avelino da Paz Vieira, municipais e Escola Barnabé, estadual.

A par do objetivo de fomentar o desenvolvimento da região, at-



nhome, especialmente a intenção da Câmara Municipal de criar uma "Escola de Cidadania", iniciativa das mais oportunas por tudo o que está ocorrendo no Brasil e no Mundo nos dias atuais.

Uma Escola com tal objetivo pode se transformar em mais um núcleo do Programa Escola Total, implantado em 2006, cuja finalidade primeira é garantir educação integral às nossas crianças e jovens através das diferentes dimensões da formação humana, com especial atenção à dimensão social.

Temas como Erradicação da Pobreza, Igualdade de Gênero, Água e Saneamento, Redução das Desigualdades, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Consumo e Produção Responsáveis, Ação contra a mudança Global do Clima, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, entre outros dos 17 Objetivos do Desen-

volvimento Sustentável instituídos pela Organização das Nações Unidas, podem compor a grade de atividades da futura Escola de Cidadania apoiando a formação integral de estudantes de todas as unidades escolares da cidade, tanto Públicas como particulares.

Como "Cidade Educadora," - reconhecimento que Santos recebeu em 2008 da AICE - Associação Internacional de Cidades Educadoras sediada na Espanha - devemos integrar diferentes políticas, espaços, tempos e atores no processo pedagógico a fim de construirmos cidades mais inclusivas, participativas e que permitam crianças e adolescentes vivenciarem plenamente sua cidadania. Dentro desse conceito, nossa querida Escola Acácio voltaria a ter um papel de destaque para a Educação e o Parlamento Santista, daria um exemplo de como a Casa do Povo pode e deve atuar como ferramenta de formação da cidadania.

A proposta da Câmara Municipal de recuperar um dos edifícios mais emblemáticos de nosso patrimônio arquitetônico para utilização de atividades ligadas à construção da cidadania merece portanto o apoio de todos aqueles que se preocupam com a preservação de nossa história e com a construção de um futuro melhor para nossa juventude.



Opinião DO LEITOR

Desarmamento nuclear

Aproveitando este espaço, quero agradecer publicamente à Prefeitura de Santos e ao vereador Sadao Nakai, representante legítimo da comunidade nipônica, por incluírem a ONG Amigos da Água nas celebrações do Dia da Luta pelo Desarmamento Nuclear. O evento, que aconteceu no último dia 9, ao lado do monumento em homenagem aos imigrantes japoneses, no Emissário Submarino, contou com a presença de três sobreviventes ao ataque de Hiroshima. Na oportunidade, exaltamos a importância da água no alívio do sofrimento físico de milhares de vítimas.

MIGUEL ESCANDON - SANTOS



CONTRA PONTO

Por Carlos Rattón e colaboradores



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Sem raio-x. A situação foi denunciada à coluna Contraponto por um usuário. No Pronto Socorro Provisório, localizado na Avenida Afonso Pena, em Santos, não existe equipamento de raio-x. Então, quem precisa do serviço é colocado em um transporte, pago pela Prefeitura de Santos, e levado à Santa Casa, que também cobra da Administração o exame. "Só quando tem cinco pacientes é que a van sai do PS em direção ao hospital", afirma o santista.

Novo cadastro. Na Santa Casa, os pacientes têm que fazer novo cadastro e esperar um tempo para fazer o exame. "Eu cheguei ao meio dia, o motorista saiu para almoço e a van só retornou ao PS após às 16 horas. Não é possível que todo esse custo diário não compense a compra de um equipamento de raio-x. Isso é uma vergonha!", desabafa o paciente.

A tocha. Enquanto isso, ainda em terras santistas, projeto apresentado pelo vereador Braz Antunes Mattos Neto pretende eternizar o dia 22 de julho como o 'Dia do Condutor da Tocha Olímpica em Santos'. É dele também a ideia de incluir bituqueiras às barracas de praia e nos carrinhos de vendedores ambulantes que atuam nas praias.

Telma e a várzea. A vereadora Telma de Souza (PT) apresentou projeto de lei para criar a Política Municipal do Futebol de Várzea. A propositura busca a utilização ordenada dos campos de futebol. As comunidades serão estimuladas a participar das atividades, poderão ser organizados campeonatos, criado o Fundo Especial para o Desenvolvimento de Várzea de Santos. A Administração também deverá fazer o inventário dos campos de futebol, verificando aqueles que possuem critérios para o exercício da modalidade. O Poder Público também terá a obrigação de desenvolver a formação profissional de dirigentes e dar suporte à estruturação de uma liga de futebol varzeano, que terá atuação independente.

Peitola e a ponte. "Ponte só beneficiará a cidade de Santos, fazendo com que o tráfego de caminhões seja menor. Temos que levar em consideração que não é só os carros que necessitam da ligação seca, temos os ciclistas, os motociclistas e pedestres. Estamos indo na contra mão do mercado mundial, onde eles estão demolindo as pontes e aderindo a túneis submerso", afirmou o vereador guarujaense Fernando Martins dos Santos, o Fernando Peitola (PSDB), após participar da audiência realizada sobre o futuro túnel entre Santos e Guarujá.

Procon Santos quer redução da tarifa na Ecovias

» A Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), terá 30 dias para se manifestar junto ao Ministério Público Estadual (MPE) sobre a proposta do Procon-Santos, ajuizada no órgão, acerca da redução da tarifa do pedágio sempre que for implantada a Operação Subida (2x8).

O prazo foi determinado em audiência realizada nesta terça-feira (13), na sede do MP, com representantes da empresa, da reguladora Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), do Procon e da comissão especial de vereadores que trata do tema.

Esta foi a primeira reunião após abertura do inquérito instaurado no final de 2017 junto à Promotoria de Defesa do Consumidor.

“São inúmeras as reclamações na Baixada em torno disso. O inquérito foi instaurado para apurar e analisar a ope-

ração à luz do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor. Todas as informações foram prestadas pela Ecovias e pela Artesp e, agora, chamamos essa reunião na expectativa de uma composição amigável. Suspendemos o inquérito por 30 dias e vamos esperar uma manifestação das empresas para evitar que a questão seja discutida junto ao Poder Judiciário”, afirmou o promotor de justiça Sandro Ricciotti Barbosa.

Coordenador do Procon-Santos, Rafael Quaresma endossou que a relação estabelecida entre a concessionária e os usuários do sistema é tipicamente de consumo e que precisa valer o Código de Defesa do Consumidor.

“Entendemos que a Operação Subida é, de fato, necessária. O que sustentamos é que, uma vez implantada a Operação, o valor da tarifa sofra alteração, já que há queda



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

O prazo foi determinado em audiência realizada nesta terça-feira (13), na sede do MP

na qualidade do serviço disponibilizado ao consumidor a partir do momento em que ele não tem mais o direito de escolha em relação a qual pista o levará para Santos”. Também estava o presidente

da Comissão Especial de Vereadores, o vereador Bruno Orlandi.

HISTÓRICO.

O inquérito do MPE foi instaurado em 2017 após repre-

sentação do Procon-Santos feita depois de audiência pública na Câmara Municipal. Ano passado, o processo foi paralisado por cerca de nove meses em razão de recurso interposto pela Ecovias. (DL)